

Brasília, 23 de fevereiro de 2021

Carta Conjunta Kayapó e Munduruku ao Tribunal de Contas da União (TCU)

Ministra Ana Arraes
Presidente do Tribunal de Contas da União

Excelentíssima Senhora,

Nós, lideranças indígenas do povo Kayapó Menkragnoti, da bacia do rio Xingu, e do povo Munduruku, da bacia do rio Tapajós, viemos hoje até este Tribunal para defender o nosso direito de Consulta sobre o projeto da Ferrogrão, que é o objeto da Representação 037.044/2020-6 e que ainda será analisada por este Tribunal.

Nós tivemos de sair às pressas de nossas aldeias para vir até Brasília porque soubemos que a nossa Representação seria discutida hoje, dia 23 de fevereiro, e que a imprensa estava dizendo que ela já tinha sido arquivada sem nós escutar.

Viemos aqui para falar para a senhora e os demais senhores ministros que o Tribunal de Contas da União precisa cumprir com o seu dever de órgão de controle e impedir a continuidade de um projeto que desrespeita os direitos dos povos indígenas.

O Tribunal de Contas da União tem uma grande responsabilidade nas suas mãos, não pode decidir às pressas e muito menos sem antes escutar a todas as partes. O projeto de concessão da Ferrogrão é de 69 anos, um erro na sua avaliação pode comprometer muitas gerações. As decisões têm que ser tomadas com calma e tempo suficiente para escutar a todos os envolvidos, principalmente aos povos indígenas e as comunidades tradicionais das bacias dos rios Xingu e Tapajós onde se pretende instalar a ferrovia, e todas as outras obras que a complementam como a portos, hidrovias e estradas entre outras.

Nós temos o direito de sermos consultados sobre o projeto da Ferrogrão, sobre sua viabilidade econômica, social e ambiental, antes de sua licitação e de seu licenciamento ambiental. Os impactos dessa ferrovia e das demais obras a ela associadas envolvem impactos regionais que afetam nossos territórios, florestas, rios e, por tanto, nossa própria forma de viver. O governo ainda não cumpriu com sua obrigação de demarcação e homologação de nossos territórios.

O próprio governo já reconheceu sua obrigação de nos consultar e fez a promessa em 2017 de que só enviaria o processo da Ferrogrão para o TCU somente depois de nos consultar.

O Tribunal de Contas da União precisa garantir que os processos de concessão respeitem as leis e os direitos dos brasileiros. Os projetos de infraestrutura do governo têm que cumprir com o direito de consulta dos povos indígenas desde a fase de planejamento, e



não depois da licitação dos projetos, ou apenas no contexto do licenciamento ambiental para discutir medidas de mitigação e compensação.

Sabemos que temos direito a participar das decisões públicas capazes de transformar nossos territórios e nossas vidas, queremos que o TCU faça valer nosso direito e não aceite que o governo avance na concessão da ferrogrão sem nos consultar.

Os povos indígenas no Brasil já foram muito ofendidos por obras de infraestrutura decididas unilateralmente sem nos escutar. Nós não vamos aceitar mais esse tratamento e não aceitamos que o projeto da Ferrogrão continue dessa forma. Contamos com o bom senso do Tribunal em respeitar corretamente os direitos dos povos indígenas.

Atenciosamente,

Alessandra Korap

Kaucione Zaw

mydjek nekrazme tie
Dorotatalli

Recebido por
Priscilla F. Silva
em 23/02/24.